



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

26.scol@capes.gov.br

RELATÓRIO DA 130ª REUNIÃO DO CTC

Dias 24 e 28 de outubro de 2011

Local: CAPES – Brasília/DF

1. Relatório da última reunião do Conselho Superior

O relatório está disponível na página da área de Saúde Coletiva no site da CAPES

2. Ciências sem Fronteiras

Até o momento cerca de 7700 alunos de graduação estão inscritos para estágios em universidades americanas

Já foram aprovados cerca de 2500 pedidos.

A presidência da CAPES está articulando os convênios com universidades do Canadá, Itália, Alemanha, Coréia, China, Cingapura, França e outros países para viabilizar o programa

Os novos editais serão em parceria CAPES/CNPq. Haverá um edital específico para INCTs, PPGs e IP para permitir a inserção de recém doutores e para o convite a cientistas de renome para permanência de 2 a 3 meses no país. As bolsas para doutorado sanduíche e pós doutorado devem continuar no fluxo contínuo.

3. Prêmio Jabuti

O livro editado pelo Prof. Arlindo Phillipi da área interdisciplinar foi o segundo colocado na categoria Educação do Prêmio Jabuti

4. Participação de membros externos nas comissões do APCN 2011

Todos os que já participaram da análise de APCN deram depoimentos favoráveis à experiência. Ressaltou-se a possibilidade de compreender melhor os critérios de outras áreas, aproveitar formas de organização do trabalho utilizadas, indicadores e outros procedimentos que podem ser úteis para diferentes áreas. Outro aspecto positivo da experiência é tornar mais fácil o trabalho de relatoria no CTC uma vez que os relatores ao participarem do trabalho de avaliação se apropriam de maneira mais adequada dos critérios de área.

5. Comunicada a mudança de coordenação de área em Economia e Arquitetura por desistência dos atuais coordenadores

6. Cursos 3X3
As áreas que já realizaram suas avaliações apresentaram em linhas gerais suas impressões sobre os motivos que determinam a permanência desses cursos com o conceito 3 por vários triênios. A idéia é discutir estratégias para auxiliar esses programas no sentido de fortalecê-los. Não há intenção da CAPES em excluí-los do sistema. Dos relatos apresentados destacaram-se algumas condições que parecem estar na base do problema: alguns cursos foram criados prematuramente, ou seja, sem que o grupo de docentes tivesse a maturidade necessária do ponto de vista da produção científica; em outros há uma clara insuficiência da gestão do programa e ausência de liderança capaz de alavancar o desenvolvimento do grupo; em outros ainda a falta de apoio institucional parece ser um dado relevante. Enfim, há diversas situações que deveriam ser tratadas caso a caso pelas áreas.

7. Reunião de Coordenadores
Idealmente todas as áreas deveriam ter agendado reuniões de coordenadores de programas na CAPES como parte do processo de acompanhamento, ainda neste semestre. Algumas áreas, entretanto, por falta de disponibilidade de agenda optaram por deixar a reunião para o próximo semestre. Este é o caso da Saúde Coletiva que tendo em vista o agendamento do Fórum para novembro não tinha disponibilidade de agenda para este semestre.

8. Qualis periódicos
Os procedimentos para a classificação dos periódicos seguirá neste triênio exatamente aqueles definidos para o triênio anterior, mantendo-se os sete estratos, as designações e os critérios de trava definidos para todas as áreas: a proporção de periódicos classificados no estrato A1 deve ser menor que a proporção dos periódicos classificados no estrato A2; a soma dessas proporções não pode ultrapassar 25% dos periódicos classificados pela área e a proporção de periódicos classificados nos estratos B1 e superiores não pode ultrapassar 50%.

A listagem de periódicos recebida pelas áreas foi gerada com os periódicos utilizados por docentes ou discentes dos programas desde 2004 mesmo que não tenha havido produção registrada no último triênio nem em 2010. Também não foram excluídas as duplicatas, ou seja, o mesmo periódico pode aparecer mais de uma vez dependendo da forma como foi registrado no coleta. Do mesmo modo, não houve correção dos ISSN. Há várias revistas com ISSN errado. Cada comissão fará a classificação tentando corrigir esses aspectos.

9. Solicitações encaminhadas pela área da Medicina I
Os coordenadores de programa pleiteiam que os cursos 3 possam ter acesso aos periódicos CAPES como mecanismo de fortalecimento. O presidente Jorge Guimarães ficou de avaliar a possibilidade de autorizar o acesso apenas no âmbito do curso e não para toda a instituição.

Outra solicitação que também será analisada é a possibilidade de que estes programas recebam pós doutores para fortalecer seus quadros.

10. Análise de APCN 2011

Foram analisadas 189 propostas de diversas áreas. Destes, 64 (33,7%) foram recomendados e 122 (64,2%) não recomendados e 4 colocados em diligência.

Saúde	MP	1	1	CESUPA
Saúde Coletiva	MP	1	1	EDUCATIE
Atenção em Oncologia	MP	1	1	LNRC
Ciências da Saúde	MP	2	2	UEMS
Serviços de Saúde	MP	2	2	UFJF
Saúde da Família	MP	2	2	UFMS
Saúde Pública	ME	2	2	UFPB/J.P.
Gestão de Programas e Serviços de Saúde	MP	1	1	UNICEUMA
Medicina Preventiva	MP	1	1	UNINGÁ
Saúde	MP	1	1	SER

Há outras três propostas em diligência documental que devem ser analisadas no próximo CTC: mestrado e doutorado do Centro de Pesquisa René Rachou, doutorado da UFES e mestrado da UFRGS.

11. GT de Mestrado Profissional e Cursos em Associação

Ambos os temas serão analisados no CTC de dezembro

12. Análise e discussão das Portarias 191,192,193 e 194

A portaria 191 substitui a portaria 68 definindo as categorias de docentes que atuam nos PPG. São mantidas as categorias docente permanente, colaborador ou visitante, definindo cada uma delas. Está explicitada a possibilidade de participação de pessoas cedidas mediante instrumento formal para atuação no programa como docente permanente.

A portaria 192 trata da estabilidade do corpo docente, da possibilidade de participação em até 3 programas em condições excepcionais (PPG na região NO ou CO ou MP) caso em que fica limitada a orientação a 8 alunos por orientador, e define como competência de cada área os procedimentos para pontuação da produção de docentes permanentes, colaboradores e visitantes.

A análise de portaria 193 normatiza os procedimentos disponíveis para a análise de propostas de cursos novos. As comissões de área dispõem de apenas 4 alternativas no processo de julgamento: aprovação, não aprovação, diligência documental ou diligência com visita ambas realizadas, quando necessário, como etapas anteriores à decisão de aprovação ou não, ou seja, durante o processo de avaliação. O CTC, em seu julgamento dispõe de 5 alternativas no julgamento de cada proposta: aprovação, não aprovação, diligência à área para dirigir dúvidas ou correção de possíveis imprecisões na ficha de recomendação, diligência documental ou com visita ao programa indicadas pelo CTC antes de concluir seu processo de avaliação.

A portaria 194 trata da homologação da recomendação pelo CNE.

13. Política de apoio a periódicos nacionais

Os coordenadores deverão indicar, na reunião de dezembro, uma ou duas revistas por área para participarem do programa de apoio a periódicos nacionais. As revistas indicadas deverão apresentar à CAPES um plano de metas visando o aprimoramento editorial, a indexação e o alcance de maior impacto e visibilidade internacional. O programa prevê auxílio financeiro por um período de 3 a 5 anos e uma melhor classificação no qualis da área como estratégia de aumentar a competitividade do periódico por melhores artigos.

A comissão de área está discutindo a seleção desses periódicos para a área da Saúde Coletiva.